



CÓD: OP-116AG-24
7908403560608

URUOCA-CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUOCA - CEARÁ

Técnico em Enfermagem

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº.001/2024

Língua Portuguesa

1. Interpretação e Compreensão de Texto.....	5
2. Tipos e gêneros textuais: narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo, instrucionais, propaganda, editorial, cartaz, anúncio, artigo de opinião, artigo de divulgação científica, ofício, carta	6
3. Estrutura textual: progressão temática, parágrafo, frase, oração, período, enunciado, pontuação.....	6
4. coesão e coerência	7
5. Ortografia.....	8
6. Significados das palavras– Sinônimos, Antônimos, Parônimos e Homônimos; Denotação e Conotação	8
7. Pontuação	9
8. Acentuação Gráfica.....	12
9. emprego do sinal indicativo de crase.....	13
10. Flexão do substantivo	14
11. Figuras de linguagem	19
12. Emprego dos Pronomes.....	22
13. Regência nominal e verbal.....	23
14. Concordância nominal e verbal	24
15. Variedade linguística, formalidade e informalidade, formas de tratamento, propriedade lexical, adequação comunicativa... ..	26
16. Fonologia: conceitos básicos, classificação dos fonemas, sílabas, encontros vocálicos, encontros consonantais, dígrafos, divisão silábica.....	30
17. Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo.....	33

Conhecimentos Gerais

1. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Uruoca- CE	45
2. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Uruoca- CE	107

Conhecimentos Específicos

Técnico em Enfermagem

1. Atribuições na saúde pública; Saúde Pública; Enfermagem em Saúde Pública	109
2. Processo saúde- doença	111
3. Imunizações; Vacinas; Calendário de Vacinas	113
4. Vigilância epidemiológica	120
5. Atenção à saúde da criança e do adolescente, do adulto, da mulher e do idoso; Saúde da mulher; Saúde da criança; Saúde do adulto; Saúde do idoso	123
6. Noções de administração aplicada à enfermagem	130
7. Conhecimentos básicos inerentes as atividades do cargo	132
8. Didática aplicada à enfermagem.....	134

ÍNDICE

9. Ética e legislação em enfermagem: Princípios básicos de ética; Regulamentação do exercício profissional; Código de ética dos profissionais de enfermagem; Implicações éticas e jurídicas no exercício da enfermagem	137
10. Técnicas básicas de enfermagem: Sinais vitais; Mensuração de altura e peso; Interpretações de sinais e sintomas.....	148
11. Assepsia e controle de infecção; Biossegurança; Higiene (esterilização, desinfecção).....	161
12. Enfermagem materno-infantil: Assistência à gestante no período pré-natal, pré-parto, parto e puerpério; Complicações obstétricas; Recém-nascido normal e patológico; Crescimento e desenvolvimento da criança; Aleitamento materno; Doenças da Primeira Infância	167
13. Doenças sexualmente transmissíveis/AIDS.....	202
14. Doenças infecto contagiosas; Vias de transmissão, profilaxia e cuidados de enfermagem relacionados a doenças transmissíveis e parasitárias.....	205
15. O programa de saúde da família	210
16. Vigilância à saúde: perfil epidemiológico, vacina, endemias e epidemias.....	224
17. Legislação da Saúde: Constituição Federal de 1988 (Título VIII- capítulo II- Seção II); Lei nº 8.142/1990 e Lei nº 8.080/1990	226
18. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde- NOB-SUS/1996	242
19. Norma Operacional da Assistência à Saúde- NOAS- SUS/2001	256
20. Norma Operacional da Assistência à Saúde/SUS- NOAS-SUS de 2002	268
21. Programa de Controle de Infecção Hospitalar	268
22. Lei Nº 10.507, de 10 de julho de 2002; O trabalho do agente comunitário de saúde.....	270
23. Conhecimentos inerentes ao ESF-Estratégia Saúde da Família.....	279
24. Administração de medicamentos (noções de farmacologia, cálculo para dosagem de drogas e soluções, vias de administração e cuidados na aplicação, venoclise).....	281
25. Prevenção de úlceras de pressão.....	286
26. Sondagens gástrica e vesical	287
27. Coleta de material para exames laboratoriais	288
28. Oxigenioterapia.....	292
29. Curativo.....	298
30. Administração de dieta oral, enteral, parenteral	302
31. Enfermagem médico-cirúrgica: Cuidados de enfermagem ao paciente com distúrbios endócrinos, cardiovasculares, pulmonares, autoimunes e reumatológicos, digestivos, neurológicos e do sistema hematopoiético	310
32. Preparo acondicionamento e métodos de esterilização e desinfecção de materiais; Material de laboratório	319
33. SUS; Programas Preventivos	330
34. Instrumentos cirúrgicos	332
35. Intoxicações; Fraturas; Coagulação; Hemorragias; Mordeduras e Picadas venenosas	339
36. Atendimento de emergência: parada cardiorrespiratória, corpos estranhos, intoxicações exógenas, estados convulsivos e comatosos, hemorragias, queimaduras, urgências ortopédicas.....	340

LÍNGUA PORTUGUESA

INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTO

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entreli-

nhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

Gêneros Discursivos

Romance: descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma novela é a extensão do texto, ou seja, o romance é mais longo. No romance nós temos uma história central e várias histórias secundárias.

Conto: obra de ficção onde é criado seres e locais totalmente imaginário. Com linguagem linear e curta, envolve poucas personagens, que geralmente se movimentam em torno de uma única ação, dada em um só espaço, eixo temático e conflito. Suas ações encaminham-se diretamente para um desfecho.

Novela: muito parecida com o conto e o romance, diferenciado por sua extensão. Ela fica entre o conto e o romance, e tem a história principal, mas também tem várias histórias secundárias. O tempo na novela é baseada no calendário. O tempo e local são definidos pelas histórias dos personagens. A história (enredo) tem um ritmo mais acelerado do que a do romance por ter um texto mais curto.

Crônica: texto que narra o cotidiano das pessoas, situações que nós mesmos já vivemos e normalmente é utilizado a ironia para mostrar um outro lado da mesma história. Na crônica o tempo não é relevante e quando é citado, geralmente são pequenos intervalos como horas ou mesmo minutos.

Poesia: apresenta um trabalho voltado para o estudo da linguagem, fazendo-o de maneira particular, refletindo o momento, a vida dos homens através de figuras que possibilitam a criação de imagens.

Editorial: texto dissertativo argumentativo onde expressa a opinião do editor através de argumentos e fatos sobre um assunto que está sendo muito comentado (polêmico). Sua intenção é convencer o leitor a concordar com ele.

Entrevista: texto expositivo e é marcado pela conversa de um entrevistador e um entrevistado para a obtenção de informações. Tem como principal característica transmitir a opinião de pessoas de destaque sobre algum assunto de interesse.

Cantiga de roda: gênero empírico, que na escola se materializa em uma concretude da realidade. A cantiga de roda permite as crianças terem mais sentido em relação a leitura e escrita, ajudando os professores a identificar o nível de alfabetização delas.

Receita: texto instrucional e injuntivo que tem como objetivo de informar, aconselhar, ou seja, recomendam dando uma certa liberdade para quem recebe a informação.

TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS: NARRATIVO, DESCRITIVO, EXPOSITIVO, ARGUMENTATIVO, INSTRUCIONAIS, PROPAGANDA, EDITORIAL, CARTAZ, ANÚNCIO, ARTIGO DE OPINIÃO, ARTIGO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, OFÍCIO, CARTA

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.

TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta
- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual
- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

ESTRUTURA TEXTUAL: PROGRESSÃO TEMÁTICA, PARÁGRAFO, FRASE, ORAÇÃO, PERÍODO, ENUNCIADO, PONTUAÇÃO

Uma boa redação é dividida em ideias relacionadas entre si ajustadas a uma ideia central que norteia todo o pensamento do texto. Um dos maiores problemas nas redações é estruturar as ideias para fazer com que o leitor entenda o que foi dito no texto. Fazer uma estrutura no texto para poder guiar o seu pensamento e o do leitor.

Parágrafo

O parágrafo organizado em torno de uma ideia-núcleo, que é desenvolvida por ideias secundárias. O parágrafo pode ser formado por uma ou mais frases, sendo seu tamanho variável. No texto dissertativo-argumentativo, os parágrafos devem estar todos relacionados com a tese ou ideia principal do texto, geralmente apresentada na introdução.

Embora existam diferentes formas de organização de parágrafos, os textos dissertativo-argumentativos e alguns gêneros jornalísticos apresentam uma estrutura-padrão. Essa estrutura consiste em três partes: a ideia-núcleo, as ideias secundárias (que desenvolvem a ideia-núcleo) e a conclusão (que reafirma a ideia-básica). Em parágrafos curtos, é raro haver conclusão.

Introdução: faz uma rápida apresentação do assunto e já traz uma ideia da sua posição no texto, é normalmente aqui que você irá identificar qual o problema do texto, o porque ele está sendo escrito. Normalmente o tema e o problema são dados pela própria prova.

Desenvolvimento: elabora melhor o tema com argumentos e ideias que apoiem o seu posicionamento sobre o assunto. É possível usar argumentos de várias formas, desde dados estatísticos até citações de pessoas que tenham autoridade no assunto.

Conclusão: faz uma retomada breve de tudo que foi abordado e conclui o texto. Esta última parte pode ser feita de várias maneiras diferentes, é possível deixar o assunto ainda aberto criando uma pergunta reflexiva, ou concluir o assunto com as suas próprias conclusões a partir das ideias e argumentos do desenvolvimento.

Outro aspecto que merece especial atenção são os conectores. São responsáveis pela coesão do texto e tornam a leitura mais fluente, visando estabelecer um encadeamento lógico entre as ideias e servem de ligação entre o parágrafo, ou no interior do período, e o tópico que o antecede.

Saber usá-los com precisão, tanto no interior da frase, quanto ao passar de um enunciado para outro, é uma exigência também para a clareza do texto.

Sem os conectores (pronomes relativos, conjunções, advérbios, preposições, palavras denotativas) as ideias não fluem, muitas vezes o pensamento não se completa, e o texto torna-se obscuro, sem coerência.

Esta estrutura é uma das mais utilizadas em textos argumentativos, e por conta disso é mais fácil para os leitores.

Existem diversas formas de se estruturar cada etapa dessa estrutura de texto, entretanto, apenas segui-la já leva ao pensamento mais direto.

COESÃO E COERÊNCIA

A coerência e a coesão são essenciais na escrita e na interpretação de textos. Ambos se referem à relação adequada entre os componentes do texto, de modo que são independentes entre si. Isso quer dizer que um texto pode estar coeso, porém incoerente, e vice-versa.

Enquanto a coesão tem foco nas questões gramaticais, ou seja, ligação entre palavras, frases e parágrafos, a coerência diz respeito ao conteúdo, isto é, uma sequência lógica entre as ideias.

Coesão

A coesão textual ocorre, normalmente, por meio do uso de **conectivos** (preposições, conjunções, advérbios). Ela pode ser obtida a partir da **anáfora** (retoma um componente) e da **catáfora** (antecipa um componente).

Confira, então, as principais regras que garantem a coesão textual:

REGRA	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
REFERÊNCIA	Pessoal (uso de pronomes pessoais ou possessivos) – anafórica Demonstrativa (uso de pronomes demonstrativos e advérbios) – catafórica Comparativa (uso de comparações por semelhanças)	João e Maria são crianças. <i>Eles</i> são irmãos. Fiz todas as tarefas, exceto <i>esta</i> : colonização africana. Mais um ano <i>igual aos</i> outros...
SUBSTITUIÇÃO	Substituição de um termo por outro, para evitar repetição	Maria está triste. <i>A menina</i> está cansada de ficar em casa.
ELIPSE	Omissão de um termo	No quarto, apenas quatro ou cinco convidados. (omissão do verbo “haver”)
CONJUNÇÃO	Conexão entre duas orações, estabelecendo relação entre elas	Eu queria ir ao cinema, <i>mas</i> estamos de quarentena.
COESÃO LEXICAL	Utilização de sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos ou palavras que possuem sentido aproximado e pertencente a um mesmo grupo lexical.	A minha <i>casa</i> é clara. Os <i>quartos</i> , a <i>sala</i> e a <i>cozinha</i> têm janelas grandes.

Coerência

Nesse caso, é importante conferir se a mensagem e a conexão de ideias fazem sentido, e seguem uma linha clara de raciocínio.

Existem alguns conceitos básicos que ajudam a garantir a coerência. Veja quais são os principais princípios para um texto coerente:

- **Princípio da não contradição:** não deve haver ideias contraditórias em diferentes partes do texto.
- **Princípio da não tautologia:** a ideia não deve estar redundante, ainda que seja expressa com palavras diferentes.
- **Princípio da relevância:** as ideias devem se relacionar entre si, não sendo fragmentadas nem sem propósito para a argumentação.
- **Princípio da continuidade temática:** é preciso que o assunto tenha um seguimento em relação ao assunto tratado.
- **Princípio da progressão semântica:** inserir informações novas, que sejam ordenadas de maneira adequada em relação à progressão de ideias.

Para atender a todos os princípios, alguns fatores são recomendáveis para garantir a coerência textual, como amplo **conhecimento de mundo**, isto é, a bagagem de informações que adquirimos ao longo da vida; **inferências** acerca do conhecimento de mundo do leitor; e **informatividade**, ou seja, conhecimentos ricos, interessantes e pouco previsíveis.

ORTOGRAFIA

A ortografia oficial diz respeito às regras gramaticais referentes à escrita correta das palavras. Para melhor entendê-las, é preciso analisar caso a caso. Lembre-se de que a melhor maneira de memorizar a ortografia correta de uma língua é por meio da leitura, que também faz aumentar o vocabulário do leitor.

Neste capítulo serão abordadas regras para dúvidas frequentes entre os falantes do português. No entanto, é importante ressaltar que existem inúmeras exceções para essas regras, portanto, fique atento!

Alfabeto

O primeiro passo para compreender a ortografia oficial é conhecer o alfabeto (os sinais gráficos e seus sons). No português, o alfabeto se constitui 26 letras, divididas entre **vogais** (a, e, i, o, u) e **consoantes** (restante das letras).

Com o Novo Acordo Ortográfico, as consoantes **K**, **W** e **Y** foram reintroduzidas ao alfabeto oficial da língua portuguesa, de modo que elas são usadas apenas em duas ocorrências: **transcrição de nomes próprios e abreviaturas e símbolos de uso internacional**.

Uso do “X”

Algumas dicas são relevantes para saber o momento de usar o X no lugar do CH:

- Depois das sílabas iniciais “me” e “en” (ex: mexerica; enxergar)
- Depois de ditongos (ex: caixa)
- Palavras de origem indígena ou africana (ex: abacaxi; orixá)

Uso do “S” ou “Z”

Algumas regras do uso do “S” com som de “Z” podem ser observadas:

- Depois de ditongos (ex: coisa)
- Em palavras derivadas cuja palavra primitiva já se usa o “S” (ex: casa > casinha)
- Nos sufixos “ês” e “esa”, ao indicarem nacionalidade, título ou origem. (ex: portuguesa)
- Nos sufixos formadores de adjetivos “ense”, “oso” e “osa” (ex: populoso)

Uso do “S”, “SS”, “Ç”

- “S” costuma aparecer entre uma vogal e uma consoante (ex: diversão)
- “SS” costuma aparecer entre duas vogais (ex: processo)
- “Ç” costuma aparecer em palavras estrangeiras que passaram pelo processo de aportuguesamento (ex: muçarela)

Os diferentes porquês

POR QUE	Usado para fazer perguntas. Pode ser substituído por “por qual motivo”
PORQUE	Usado em respostas e explicações. Pode ser substituído por “pois”
POR QUÊ	O “que” é acentuado quando aparece como a última palavra da frase, antes da pontuação final (interrogação, exclamação, ponto final)
PORQUÊ	É um substantivo, portanto costuma vir acompanhado de um artigo, numeral, adjetivo ou pronome

Parônimos e homônimos

As palavras **parônimas** são aquelas que possuem grafia e pronúncia semelhantes, porém com significados distintos.

Ex: *cumprimento* (saudação) X *comprimento* (extensão); *tráfego* (trânsito) X *tráfico* (comércio ilegal).

Já as palavras **homônimas** são aquelas que possuem a mesma grafia e pronúncia, porém têm significados diferentes. **Ex:** *rio* (verbo “rir”) X *rio* (curso d’água); *manga* (blusa) X *manga* (fruta).

SIGNIFICADOS DAS PALAVRAS– SINÔNIMOS, ANTÔNIMOS, PARÔNIMOS E HOMÔNIMOS; DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO

Este é um estudo da **semântica**, que pretende classificar os sentidos das palavras, as suas relações de sentido entre si. Conheça as principais relações e suas características:

Sinonímia e antonímia

As palavras **sinônimas** são aquelas que apresentam significado semelhante, estabelecendo relação de proximidade. **Ex:** *inteligente* <—> *esperto*

Já as palavras **antônimas** são aquelas que apresentam significados opostos, estabelecendo uma relação de contrariedade. **Ex:** *forte* <—> *fraco*

CONHECIMENTOS GERAIS

ASPECTOS GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS, POLÍTICOS E ADMINISTRATIVOS DO MUNDO, BRASIL, CEARÁ E DO MUNICÍPIO DE URUOCA- CE

BRASIL

HISTÓRIA DO BRASIL

Na História do Brasil, estão relacionados todos os assuntos referentes à história do país. Sendo assim, o estudo e o ensino de História do Brasil abordam acontecimentos que se passaram no espaço geográfico brasileiro ou que interferiram diretamente em nosso país.

Portanto, os povos pré-colombianos que habitavam o território que hoje corresponde ao Brasil antes da chegada dos portugueses fazem parte da história de nosso país. Isso é importante de ser mencionado porque muitas pessoas consideram que a história brasileira iniciou-se com a chegada dos portugueses, em 1500.

Nossa história é marcada pela diversidade em sua formação, decorrente dos muitos povos que aqui chegaram para desbravar e conquistar nossas terras.

Esse processo de colonização e formação de uma nova sociedade se deu através de muitos movimentos e manifestações, sempre envolvendo interesses e aspectos sociais, políticos e econômicos.

Movimentos esses que estão entrelaçados entre si, em função dos fatores que os originavam e dos interesses que por traz deles se apresentavam.

Diante disso, faremos uma abordagem sobre nossa história, desde o tempo da colonização portuguesa, até os dias de hoje, abordando os movimentos que ao longo do tempo foram tecendo as condições para que nosso Brasil apresente hoje essas características político-sócio-econômicas.

Embora os portugueses tenham chegado ao Brasil em 1500, o processo de colonização do nosso país teve início somente em 1530. Nestes trinta primeiros anos, os portugueses enviaram para as terras brasileiras algumas expedições com objetivos de reconhecimento territorial e construção de feitorais para a exploração do pau-brasil. Estes primeiros portugueses que vieram para cá circularam apenas em territórios litorâneos. Ficavam alguns dias ou meses e logo retornavam para Portugal. Como não construíram residências, ou seja, não se fixaram no território, não houve colonização nesta época.

Neste período também ocorreram os primeiros contatos com os indígenas que habitavam o território brasileiro. Os portugueses começaram a usar a mão-de-obra indígena na exploração do pau-brasil. Em troca, ofereciam objetos de pequeno valor que fascinavam os nativos como, por exemplo, espelhos, apitos, chocalhos, etc.

O início da colonização

Preocupado com a possibilidade real de invasão do Brasil por outras nações (holandeses, ingleses e franceses), o rei de Portugal Dom João III, que ficou conhecido como “o Colonizador”, resolveu enviar ao Brasil, em 1530, a primeira expedição com o objetivo de

colonizar o litoral brasileiro. Povoando, protegendo e desenvolvendo a colônia, seria mais difícil de perdê-la para outros países. Assim, chegou ao Brasil a expedição chefiada por Martim Afonso de Souza com as funções de estabelecer núcleos de povoamento no litoral, explorar metais preciosos e proteger o território de invasores. Teve início assim a efetiva colonização do Brasil.

Nomeado capitão-mor pelo rei, cabia também à Martim Afonso de Souza nomear funcionários e distribuir sesmarias (lotes de terras) à portugueses que quisessem participar deste novo empreendimento português.

A colonização do Brasil teve início em 1530 e passou por fases (ciclos) relacionadas à exploração, produção e comercialização de um determinado produto.

Vale ressaltar que a colonização do Brasil não foi pacífica, pois teve como características principais a exploração territorial, uso de mão-de-obra escrava (indígena e africana), utilização de violência para conter movimentos sociais e apropriação de terras indígenas.

O conceito mais sintético que podemos explorar é o que define como Regime Colonial, uma estrutura econômica mercantilista que concentra um conjunto de relações entre metrópoles e colônias. O fim último deste sistema consistia em proporcionar às metrópoles um fluxo econômico favorável que adviesse das atividades desenvolvidas na colônia.

Neste sentido a economia colonial surgia como complementar da economia metropolitana europeia, de forma que permitisse à metrópole enriquecer cada vez mais para fazer frente às demais nações europeias.

De forma simplificada, o Pacto ou Sistema Colonial definia uma série de considerações que prevaleceriam sobre quaisquer outras vigentes. A colônia só podia comercializar com a metrópole, fornecer-lhe o que necessitasse e dela comprar os produtos manufaturados. Era proibido na colônia o estabelecimento de qualquer tipo de manufatura que pudesse vir a concorrer com a produção da metrópole. Qualquer transação comercial fora dessa norma era considerada contrabando, sendo reprimido de acordo com a lei portuguesa. A economia colonial era organizada com o objetivo de permitir a acumulação primitiva de capitais na metrópole. O mecanismo que tornava isso possível era o exclusivismo nas relações comerciais ou monopólio, gerador de lucros adicionais (sobre-lucro).

As relações comerciais estabelecidas eram: a metrópole venderia seus produtos o mais caro possível para a colônia e deveria comprar pelos mais baixos preços possíveis a produção colonial, gerando assim o sobre-lucro.

Fernando Novais em seu livro Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial ressalta o papel fundamental do comércio para a existência dos impérios ultramarinos:

O comércio foi de fato o nervo da colonização do Antigo Regime, isto é, para incrementar as atividades mercantis processava-se a ocupação, povoamento e valorização das novas áreas. E aqui ressalta de novo o sentido que indicamos antes da colonização da época Moderna; indo em curso na Europa a expansão da economia de mercado, com a mercantilização crescente dos vários setores

produtivos antes à margem da circulação de mercadorias – a produção colonial, isto é, a produção de núcleos criados na periferia de centros dinâmicos europeus para estimulá-los, era uma produção mercantil, ligada às grandes linhas do tráfico internacional. Só isso já indicaria o sentido da colonização como peça estimuladora do capitalismo mercantil, mas o comércio colonial era mais o comércio exclusivo da metrópole, gerador de super-lucros, o que completa aquela caracterização.

Para que este sistema pudesse funcionar era necessário que existissem formas de exploração do trabalho que permitissem a concentração de renda nas mãos da classe dominante colonial, a estrutura escravista permitia esta acumulação de renda em alto grau: quando a maior parte do excedente seguia rumo à metrópole, uma parte do excedente gerado permanecia na colônia permitindo a continuidade do processo.

Importante ressaltar que as colônias encontravam-se inteiramente à mercê de impulsos provenientes da metrópole, e não podiam auto estimular-se economicamente. A economia agro-exportadora de açúcar brasileira atendeu aos estímulos do centro econômico dominante. Este sistema colonial mercantilista ao funcionar plenamente acabou criando as condições de sua própria crise e de sua superação.

Neste ponto é interessante registrar a opinião de Ciro Flamarion Cardoso e Héctor P. Buiquióli:

O processo de acumulação prévia de capitais de fato não se limita à exploração colonial em todas as suas formas; seus aspectos decisivos de expropriação e proletarianização se dão na própria Europa, em um ambiente histórico global ao qual por certo não é indiferente à presença dos impérios ultramarinos. A superação histórica da fase da acumulação prévia de capitais foi, justamente o surgimento do capitalismo como modo de produção.

A relação Brasil-África na época do Sistema Colonial Português.

A princípio parece fácil descrever as relações econômicas entre metrópole e colônia, mas devemos entender que o Sistema Colonial se trata de uma teia de relações comerciais bem mais complexa e nem sempre fácil de identificar.

Os portugueses detinham o controle do tráfico de escravos entre a África e o Brasil, estabelecia-se uma estrutura de comércio que foge um pouco ao modelo apresentado anteriormente.

Traficantes portugueses aportavam no Brasil onde adquiriam fumo e aguardente (geribita), daí partiam para Angola e Luanda onde negociariam estes produtos em troca de cativos. A cachaça era produzida principalmente em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro; o fumo era produzido principalmente na Bahia. A importância destes produtos se dá em torno do seu papel central nas estratégias de negociação para a transação de escravos nos sertões africanos.

A geribita tinha diversos atributos que a tornavam imbatível em relação aos outros produtos trocados por escravos. A cachaça é considerada um subproduto da produção açucareira e por isso apresentava uma grande vantagem devido ao baixíssimo custo de produção, lucravam os donos de engenho que produziam a cachaça e os traficantes portugueses que faziam a troca por cativos na África, além é claro do elevado teor alcoólico da bebida (em torno de 60%) que a tornava altamente popular entre seus consumidores.

O interessante de se observar é que do ponto de vista do controle do tráfico, o efeito mais importante das geribitas foi transferi-lo para os comerciantes brasileiros. Os brasileiros acabaram

usando a cachaça para quebrar o monopólio dos comerciantes metropolitanos que em sua maioria preferia comercializar usando o vinho português como elemento de troca por cativos.

Pode-se perceber que o Pacto Colonial acabou envolvendo teias de relações bem mais complexas que a dicotomia Metrôpole-Colônia, o comércio intercolonial também existiu, talvez de forma mais frequente do que se imagina. Na questão das manufaturas as coisas se complicavam um pouco, mas não podemos esquecer do intenso contrabando que ocorria no período.

Despotismo esclarecido em Portugal.

Na esfera política, a formação do Estado absolutista corresponde a uma necessidade de centralização do poder nas mãos dos reis, para controlar a grande massa de camponeses e adequar-se ao surgimento da burguesia.

O despotismo esclarecido foi uma forma de Estado Absolutista que predominou em alguns países europeus no século XVIII. Filósofos iluministas, como Voltaire, defendiam a ideia de um regime monárquico no qual o soberano, esclarecido pelos filósofos, governaria apoiando-se no povo contra os aristocratas. Esse monarca acabaria com os privilégios injustos da nobreza e do clero e, defendendo o direito natural, tornaria todos os habitantes do país iguais perante a lei. Em países onde, o desenvolvimento econômico capitalista estava atrasado, essa teoria inspirou o despotismo esclarecido.

Os déspotas procuravam adequar seus países aos novos tempos e às novas ideias que se desenvolviam na Europa. Embora tenham feito uma leitura um pouco diferenciada dos ideais iluministas, com certeza diminuíram os privilégios considerados mais odiosos da nobreza e do clero, mas ao invés de um governo apoiado no “povo” vimos um governo apoiado na classe burguesa que crescia e se afirmava.

Em Portugal, o jovem rei D. José I “entregou” a árdua tarefa de modernizar o país nas mãos de seu principal ministro, o Marquês de Pombal. Sendo um leitor ávido dos filósofos iluministas e dos economistas ingleses, o marquês estabeleceu algumas metas que ele acreditava serem capazes de levar Portugal a alinhar-se com os países modernos e superar sua crise econômica.

A primeira atitude foi fortalecer o poder do rei, combatendo os privilégios jurídicos da nobreza e econômicos do clero (principalmente da Companhia de Jesus). Na tentativa de modernizar o país, o marquês teve de acabar com a intolerância religiosa e o poder da inquisição a fim de desenvolver a educação e o pensamento literário e científico.

Economicamente houve um aumento da exploração colonial visando libertar Portugal da dependência econômica inglesa. O Marquês de Pombal aumentou a vigilância nas colônias e combateu ainda mais o contrabando. Houve a instalação de uma maior centralização política na colônia, com a extinção das Capitânicas hereditárias que acabou diminuindo a excessiva autonomia local.

Capitanias Hereditárias

As Capitânicas hereditárias foi um sistema de administração territorial criado pelo rei de Portugal, D. João III, em 1534. Este sistema consistia em dividir o território brasileiro em grandes faixas e entregar a administração para particulares (principalmente nobres com relações com a Coroa Portuguesa).

Este sistema foi criado pelo rei de Portugal com o objetivo de colonizar o Brasil, evitando assim invasões estrangeiras. Ganharam o nome de Capitânicas Hereditárias, pois eram transmitidas de pai para filho (de forma hereditária).

Estas pessoas que recebiam a concessão de uma capitania eram conhecidas como donatários. Tinham como missão colonizar, proteger e administrar o território. Por outro lado, tinham o direito de explorar os recursos naturais (madeira, animais, minérios).

O sistema não funcionou muito bem. Apenas as capitanias de São Vicente e Pernambuco deram certo. Podemos citar como motivos do fracasso: a grande extensão territorial para administrar (e suas obrigações), falta de recursos econômicos e os constantes ataques indígenas.

O sistema de Capitanias Hereditárias vigorou até o ano de 1759, quando foi extinto pelo Marquês de Pombal.

Capitanias Hereditárias criadas no século XVI:

Capitania do Maranhão

Capitania do Ceará

Capitania do Rio Grande

Capitania de Itamaracá

Capitania de Pernambuco

Capitania da Baía de Todos os Santos

Capitania de Ilhéus

Capitania de Porto Seguro

Capitania do Espírito Santo

Capitania de São Tomé

Capitania de São Vicente

Capitania de Santo Amaro

Capitania de Santana

Governo Geral

Respondendo ao fracasso do sistema das capitanias hereditárias, o governo português realizou a centralização da administração colonial com a criação do governo-geral, em 1548. Entre as justificativas mais comuns para que esse primeiro sistema viesse a entrar em colapso, podemos destacar o isolamento entre as capitanias, a falta de interesse ou experiência administrativa e a própria resistência contra a ocupação territorial oferecida pelos índios.

Em vias gerais, o governador-geral deveria viabilizar a criação de novos engenhos, a integração dos indígenas com os centros de colonização, o combate do comércio ilegal, construir embarcações, defender os colonos e realizar a busca por metais preciosos. Mesmo que centralizadora, essa experiência não determinou que o governador cumprisse todas essas tarefas por si só. De tal modo, o governo-geral trouxe a criação de novos cargos administrativos.

O ouvidor-mor era o funcionário responsável pela resolução de todos os problemas de natureza judiciária e o cumprimento das leis vigentes. O chamado provedor-mor estabelecia os seus trabalhos na organização dos gastos administrativos e na arrecadação dos impostos cobrados. Além destas duas autoridades, o capitão-mor desenvolvia ações militares de defesa que estavam, principalmente, ligadas ao combate dos invasores estrangeiros e ao ataque dos nativos.

Na maioria dos casos, as ações a serem desenvolvidas pelo governo-geral estavam subordinadas a um tipo de documento oficial da Coroa Portuguesa, conhecido como regimento. A metrópole expedia ordens comprometidas com o aprimoramento das atividades fiscais e o estímulo da economia colonial. Mesmo com a forte preocupação com o lucro e o desenvolvimento, a Coroa foi alvo de ações ilegais em que funcionários da administração subvertiam as leis em benefício próprio.

Entre os anos de 1572 e 1578, o rei D. Sebastião buscou aprimorar o sistema de Governo Geral realizando a divisão do mesmo em duas partes. Um ao norte, com capital na cidade de Salvador, e outro ao sul, com uma sede no Rio de Janeiro. Nesse tempo, os resultados pouco satisfatórios acabaram promovendo a reunificação administrativa com o retorno da sede a Salvador. No ano de 1621, um novo tipo de divisão foi organizado com a criação do Estado do Brasil e do Estado do Maranhão.

Ao contrário do que se possa imaginar, o sistema de capitanias hereditárias não foi prontamente descartado com a organização do governo-geral. No ano de 1759, a capitania de São Vicente foi a última a ser destituída pela ação oficial do governo português. Com isso, observamos que essas formas de organização administrativa conviveram durante um bom tempo na colônia.

Economia e sociedade colonial

A colonização implantada por Portugal estava ligada aos interesses do **sistema mercantilista**, baseado na circulação de mercadorias. Para obter os maiores benefícios desse comércio, a Metrópole controlava a colônia através do pacto colonial, da lei da complementaridade e da imposição de monopólios sobre as riquezas coloniais.

- Pau-Brasil

O pau-brasil era valioso na Europa, devido à tinta avermelhada, que dele se extraía e por isso atraía para cá muitos piratas contrabandistas (os brasileiros). Foi declarado monopólio da Coroa portuguesa, que autorizava sua exploração por particulares mediante pagamento de impostos. A exploração era muito simples: utilizava-se mão-de-obra indígena para o corte e o transporte, pagando-a com bugigangas, tais como, miçangas, canivetes, espelhos, tecidos, etc. (escambo). Essa atividade predatória não contribuiu para fixar população na colônia, mas foi decisiva para a destruição da Mata Atlântica.

- Cana-de-Açúcar

O açúcar consumido na Europa era fornecido pelas ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde (colônias portuguesas no Atlântico), Sicília e pelo Oriente, mas a quantidade era muito reduzida diante da demanda.

Animada com as perspectivas do mercado e com a adequação do clima brasileiro (quente e úmido) ao plantio, a Coroa, para iniciar a produção açucareira, tratou de levantar capitais em Portugal e, principalmente, junto a banqueiros e comerciantes holandeses, que, aliás, foram os que mais lucraram com o comércio do açúcar.

Para que fosse economicamente viável, o plantio de cana deveria ser feito em grandes extensões de terra e com grande volume de mão-de-obra. Assim, a produção foi organizada em sistema de plantation: latifúndios (engenhos), escravidão (inicialmente indígena e posteriormente africana), monocultura para exportação. Para dar suporte ao empreendimento, desenvolveu-se uma modesta agricultura de subsistência (mandioca, feijão, algodão, etc).

O cultivo de cana foi iniciado em 1532, na Vila de São Vicente, por Martim Afonso de Sousa, mas foi na Zona da Mata nordestina que a produção se expandiu. Em 1570, já existiam no Brasil cerca de 60 engenhos e, em fins do século XVI, esse número já havia sido duplicado, dos quais 62 estavam localizados em Pernambuco, 36 na Bahia e os restantes nas demais capitanias. A decadência se iniciou

na segunda metade do século XVII, devido à concorrência do açúcar holandês. É bom destacar que nenhuma atividade superou a riqueza de açúcar no Período Colonial.

OBS. Apesar dos escravos serem a imensa maioria da mão-de-obra, existiam trabalhadores brancos remunerados, que ocupavam funções de destaque, mas por trabalharem junto aos negros, sofriram preconceito.

Sociedade Açucareira

A sociedade açucareira nordestina do Período Colonial possuía as seguintes características:

- Latifundiária.
- Rural.
- Horizontal.
- Escravista.
- Patriarcal

OBS. Os mascates, comerciantes itinerantes, constituíam um pequeno grupo social.

- Mineração

A mineração ocorreu, principalmente, nos atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, entre o final do século XVII e a segunda metade do século XVIII.

Ouro

Havia dois tipos de exploração aurífera: ouro de fiação (realizada nas areias dos rios e riachos, em pequena quantidade, por homens livres ou escravos no dia da folga); e ouro de lavra ou de mina (extração em grandes jazidas feita por grande quantidade de escravos).

A Intendência das Minas era o órgão, independente de qualquer autoridade colonial, encarregado da exploração das jazidas, bem como, do policiamento, da fiscalização e da tributação.

- Tributação: A Coroa exigia 20% dos metais preciosos (o Quinto) e a Capitação (imposto pago de acordo com o número de escravos). Mas como era muito fácil contrabandear ouro em pó ou em pepita, em 1718 foram criadas as Casas de Fundição e todo ouro encontrado deveria ser fundido em barras.

Em 1750, foi criada uma taxa anual de 100 arrobas por ano (1500 quilos). Sempre que a taxa fixada não era alcançada, o governo poderia decretar a Derrama (cobrança forçada dos impostos atrasados). A partir de 1762, a taxa jamais foi alcançada e as "derramas" se sucederam, geralmente usando de violência. Em 1789, a Derrama foi suspensa devido à revolta conhecida como Inconfidência Mineira.

Diamantes

No início a exploração era livre, desde que se pagasse o Quinto. A fiscalização ficava por conta do Distrito Diamantino, cujo centro era o Arraial do Tijuco. Mas, a partir de 1740, só poderia ser realizada pelo Contratador Real dos Diamantes, destacando-se João Fernandes de Oliveira.

Em 1771 foi criada, pelo Marquês de Pombal, a Intendência Real dos Diamantes, com o objetivo de controlar a atividade.

Sociedade mineradora

A sociedade mineira ou mineradora possuía as seguintes características:

- Urbana.
- Escravista.

- Maior Mobilidade Social

OBS.

1- Surgem novos grupos sociais, como, tropeiros, garimpeiros e mascates.

2- Alguns escravos, como Xica da Silva e Chico Rei, tornaram-se muito ricos e obtiveram ascensão social.

3- É um erro achar que a população da região mineradora era abastada, pois a maioria era muito pobre e apenas um pequeno grupo era muito rico. Além disso, os preços dos produtos eram mais elevados do que no restante do Brasil.

4- A mineração contribuiu para interiorizar a colonização e para criar um mercado interno na colônia.

- Pecuária

A criação de gado foi introduzida na época de Tomé de Sousa, como uma atividade subsidiária à cana-de-açúcar, mas como o gado destruía o canavial, sua criação foi sendo empurrada para o sertão, tornando-se responsável pela interiorização da colonização do Nordeste, com grandes fazendas e oficinas de charque, utilizando a mão-de-obra local e livre, pois o vaqueiro era pago através da "quartiação". Mais tarde, devido às secas devastadoras no sertão nordestino, a região Sul passou a ser a grande produtora de carne de charque, utilizando negros escravos.

- Algodão

A plantação de algodão se desenvolveu no Nordeste, principalmente no Maranhão e tinha uma importância econômica de caráter interno, pois era utilizado para fazer roupas para a população mais pobre e para os escravos.

- Tabaco

Desenvolveu-se no Nordeste como uma atividade comercial, escravista e exportadora, pois era utilizado, juntamente com a rapadura e a aguardente, como moeda para adquirir escravos na África.

- Drogas do sertão

Desde o século XVI, as Drogas do Sertão (guaraná, pimentas, ervas, raízes, cascas de árvores, cacau, etc.) eram coletadas pelos índios na Amazônia e exportadas para a Europa, tanto por contrabandistas, quanto por padres jesuítas. Como o acesso à região era muito difícil, a floresta foi preservada.

Povoamento do interior no Período Colonial (Séc. XVII)

Até o século XVI, com a extração de pau-brasil e a produção açucareira, o povoamento do Brasil se limitou a uma estreita faixa territorial próxima ao litoral, em função da vegetação e do solo favoráveis a tais práticas respectivamente, porém, como vimos acima, esses não eram os únicos produtos explorados, o sistema econômico exploratório envolvia outras fontes, isso potencializou o povoamento do interior.

As causas da interiorização do povoamento

1) União Ibérica (1580-1640): a união entre Espanha e Portugal por imposição da Coroa Espanhola colocou em desuso o Tratado de Tordesilhas, permitindo que expedições exploratórias partissem do litoral brasileiro em direção ao que antes era definido como América Espanhola.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Técnico em Enfermagem

ATRIBUIÇÕES NA SAÚDE PÚBLICA; SAÚDE PÚBLICA; ENFERMAGEM EM SAÚDE PÚBLICA

A saúde pública é uma área vital dentro do sistema de saúde, dedicada à promoção da saúde, à prevenção de doenças e à proteção da população contra ameaças à saúde. Ela abrange uma ampla gama de atividades que visam melhorar a saúde das comunidades e populações, por meio de políticas públicas, educação em saúde, vigilância epidemiológica e acesso a serviços de saúde.

Dentro desse contexto, a enfermagem desempenha um papel central na saúde pública. Os enfermeiros atuam como agentes de promoção da saúde, educadores, gestores e líderes comunitários. Sua atuação vai além do cuidado direto ao paciente, envolvendo-se ativamente em programas de saúde coletiva que impactam a vida de milhares de pessoas.

As atribuições dos enfermeiros na saúde pública são diversas e variam conforme as necessidades da população e as políticas de saúde em vigor. Esses profissionais são fundamentais para a execução de programas preventivos, campanhas de vacinação, controle de doenças transmissíveis e não transmissíveis, além de serem agentes-chave na educação e conscientização da população sobre hábitos de vida saudáveis.

Atribuições do Enfermeiro na Saúde Pública

As atribuições dos enfermeiros na saúde pública são amplas e multifacetadas, englobando desde a promoção da saúde até o planejamento estratégico de programas de saúde coletiva. As principais áreas de atuação incluem:

- Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças:

- Uma das atribuições centrais do enfermeiro na saúde pública é promover a saúde e prevenir doenças em nível comunitário. Isso inclui a realização de campanhas educativas que abordam temas como alimentação saudável, atividade física, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e vacinação. O enfermeiro atua diretamente nas comunidades, promovendo estilos de vida saudáveis e conscientizando a população sobre a importância de medidas preventivas para evitar doenças.

- Planejamento e Execução de Programas de Saúde Pública:

- Enfermeiros são frequentemente responsáveis pelo planejamento, execução e avaliação de programas de saúde pública. Eles colaboram com outros profissionais da saúde para desenvolver estratégias eficazes de intervenção, baseadas em evidências científicas e nas necessidades específicas da população. Exemplos incluem programas de controle da hipertensão, diabetes, saúde da mulher e saúde do idoso.

- Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças:

- A vigilância epidemiológica é uma área crucial na saúde pública, e os enfermeiros desempenham um papel fundamental na coleta, análise e interpretação de dados sobre a ocorrência de doenças. Eles estão envolvidos na identificação de surtos, na notificação de casos e na implementação de medidas de controle para prevenir a disseminação de doenças. Além disso, os enfermeiros podem participar ativamente em investigações epidemiológicas e no desenvolvimento de estratégias para reduzir a incidência de doenças infecciosas e crônicas.

- Educação em Saúde e Orientação à Comunidade:

- A educação em saúde é uma das principais responsabilidades dos enfermeiros na saúde pública. Eles educam indivíduos e comunidades sobre práticas de saúde que podem prevenir doenças e melhorar a qualidade de vida. Isso inclui a orientação sobre higiene pessoal, alimentação balanceada, uso correto de medicamentos, prevenção de acidentes e muito mais. A educação em saúde é fundamental para capacitar as pessoas a tomar decisões informadas sobre sua saúde e a de suas famílias.

- Ações em Saúde Ambiental e Saneamento Básico:

- Enfermeiros também estão envolvidos em iniciativas de saúde ambiental, que visam promover ambientes saudáveis e prevenir doenças relacionadas ao meio ambiente. Eles participam de ações de saneamento básico, como campanhas de controle de vetores, promoção do acesso à água potável e saneamento adequado, além de orientar as comunidades sobre práticas que podem reduzir o impacto de fatores ambientais na saúde.

Assistência e Cuidado no Contexto da Saúde Pública

Além das atribuições mencionadas, os enfermeiros desempenham um papel crucial na assistência direta a grupos vulneráveis e no manejo de doenças crônicas dentro da saúde pública.

- Atendimento a Grupos Vulneráveis (Idosos, Crianças, Gestantes):

- Os enfermeiros da saúde pública são responsáveis por prestar cuidados específicos a grupos vulneráveis, como idosos, crianças e gestantes. Eles realizam consultas de enfermagem, fazem o acompanhamento de pré-natal, monitoram o crescimento e desenvolvimento infantil, e implementam programas de imunização para proteger essas populações de doenças evitáveis. A atenção ao idoso inclui o manejo de doenças crônicas, prevenção de quedas e promoção do envelhecimento saudável.

- Manejo de Doenças Crônicas e Promoção da Saúde Mental:

- O manejo de doenças crônicas, como diabetes, hipertensão e asma, é uma área de destaque na saúde pública. Os enfermeiros desenvolvem planos de cuidados individualizados, monitoram a adesão ao tratamento e educam os pacientes sobre a importância

de manter hábitos saudáveis para controlar sua condição. Além disso, a promoção da saúde mental é uma atribuição crescente, com enfermeiros envolvidos na identificação precoce de problemas de saúde mental, apoio psicológico e encaminhamento para serviços especializados.

- Atendimento em Campanhas de Vacinação e Ações Preventivas:

- As campanhas de vacinação são um dos pilares da saúde pública, e os enfermeiros desempenham um papel central na administração de vacinas, no monitoramento de eventos adversos e na educação do público sobre a importância da vacinação. Eles também participam de outras ações preventivas, como campanhas de rastreamento de câncer, distribuição de métodos contraceptivos e testes rápidos para HIV e outras DSTs.

- Participação em Programas de Saúde da Família e Comunitária:

- No Brasil, o Programa Saúde da Família (PSF) é uma estratégia fundamental para levar cuidados de saúde primários às comunidades. Os enfermeiros são membros essenciais das equipes de saúde da família, atuando na prevenção, promoção e recuperação da saúde. Eles realizam visitas domiciliares, promovem o cuidado integral e coordenam ações voltadas para a saúde comunitária, sempre com o objetivo de aproximar o serviço de saúde da população.

Gestão e Coordenação de Serviços de Saúde Pública

Além do cuidado direto ao paciente, os enfermeiros na saúde pública também desempenham papéis importantes na gestão e coordenação de serviços de saúde.

- Gestão de Recursos e Organização dos Serviços de Saúde:

- Enfermeiros frequentemente ocupam posições de liderança na gestão de recursos humanos, materiais e financeiros dentro dos serviços de saúde pública. Eles são responsáveis pela organização dos serviços, assegurando que as unidades de saúde estejam devidamente equipadas e que as equipes de saúde sejam adequadamente treinadas e dimensionadas para atender às necessidades da população. A gestão eficiente é essencial para garantir a qualidade do atendimento e a sustentabilidade dos programas de saúde pública.

- Coordenação de Equipes Multidisciplinares e Planejamento Estratégico:

- A saúde pública é um campo multidisciplinar, onde enfermeiros trabalham em estreita colaboração com médicos, assistentes sociais, nutricionistas, psicólogos e outros profissionais de saúde. Os enfermeiros frequentemente assumem papéis de coordenação, facilitando a comunicação entre os membros da equipe, garantindo que as metas de saúde sejam alcançadas de forma coesa e eficaz. Eles também participam do planejamento estratégico, ajudando a definir prioridades de saúde e a desenvolver políticas públicas que respondam às necessidades da comunidade.

- Avaliação de Programas de Saúde Pública e Indicadores de Saúde:

- A avaliação de programas de saúde pública é crucial para determinar sua eficácia e eficiência. Enfermeiros estão envolvidos na coleta e análise de dados, utilizando indicadores de saúde para mo-

nitorar o progresso dos programas e identificar áreas que precisam de melhorias. Através da avaliação contínua, os enfermeiros podem fazer recomendações para ajustes nos programas, assegurando que os recursos sejam utilizados da maneira mais eficaz possível.

- Desenvolvimento de Políticas Públicas de Saúde:

- Enfermeiros experientes e especializados em saúde pública podem contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas de saúde. Eles trazem uma perspectiva prática, baseada na experiência direta com as comunidades e no entendimento das necessidades locais. A participação dos enfermeiros no desenvolvimento de políticas garante que as estratégias de saúde pública sejam realistas, exequíveis e verdadeiramente voltadas para o bem-estar da população.

Desafios e Perspectivas na Enfermagem em Saúde Pública

A prática da enfermagem em saúde pública é desafiadora, mas também oferece muitas oportunidades para crescimento e inovação.

- Desafios Enfrentados pelos Enfermeiros na Saúde Pública:

- Enfermeiros na saúde pública enfrentam desafios significativos, incluindo a escassez de recursos, o trabalho em áreas remotas ou de difícil acesso, e a necessidade de lidar com uma alta carga de trabalho. Além disso, a resistência da comunidade à adesão a programas de saúde, seja por falta de informação ou por barreiras culturais, pode dificultar a implementação de intervenções de saúde pública. Outro desafio é a necessidade constante de atualização e capacitação, dada a natureza dinâmica e complexa das questões de saúde pública.

- A Importância da Formação Contínua e Capacitação Profissional:

- Para enfrentar esses desafios, a formação contínua e a capacitação são essenciais. Enfermeiros devem ter acesso a programas de educação permanente que os mantenham atualizados sobre as melhores práticas, novas tecnologias e métodos de intervenção em saúde pública. Além disso, é importante que os enfermeiros desenvolvam habilidades em áreas como gestão de recursos, comunicação e liderança, que são cruciais para o sucesso na saúde pública.

- Tendências e Inovações na Prática da Enfermagem em Saúde Pública:

- A prática da enfermagem em saúde pública está evoluindo rapidamente, com a incorporação de novas tecnologias, como sistemas de informação de saúde, aplicativos móveis para monitoramento de saúde, e telemedicina. Essas inovações têm o potencial de melhorar o acesso aos serviços de saúde, especialmente em áreas remotas, e de aumentar a eficiência dos programas de saúde pública. Além disso, há uma tendência crescente de integração dos cuidados de saúde mental nos serviços de saúde pública, reconhecendo a importância do bem-estar mental para a saúde geral.

- Perspectivas para o Futuro da Enfermagem em Saúde Pública:

- O futuro da enfermagem em saúde pública parece promissor, com oportunidades crescentes para os enfermeiros assumirem papéis de liderança em saúde pública. A necessidade de enfermeiros especializados em saúde pública continuará a crescer, especialmen-

te à medida que a população envelhece e as demandas por serviços de saúde aumentam. Enfermeiros que são capazes de combinar habilidades clínicas com gestão e liderança estarão em uma posição privilegiada para influenciar políticas de saúde e melhorar a qualidade dos cuidados prestados à população.

Conclusão

As atribuições dos enfermeiros na saúde pública são vastas e de grande importância para a promoção e proteção da saúde coletiva. Desde o cuidado direto aos indivíduos até a gestão de programas de saúde, os enfermeiros desempenham um papel essencial em garantir que as comunidades tenham acesso a cuidados de saúde eficazes e equitativos.

A prática da enfermagem em saúde pública exige uma combinação de habilidades técnicas, conhecimento teórico e, acima de tudo, um compromisso profundo com o bem-estar da população. Enfrentar os desafios do dia a dia e adaptar-se às mudanças no cenário de saúde pública requer dedicação, resiliência e uma constante busca por atualização e inovação.

A contribuição dos enfermeiros na saúde pública é inestimável, e seu trabalho é fundamental para a construção de sistemas de saúde mais justos e eficazes. Ao continuar a expandir suas competências e a desenvolver novas estratégias para atender às necessidades da população, os enfermeiros em saúde pública estarão bem posicionados para enfrentar os desafios futuros e promover a saúde e o bem-estar das comunidades em que atuam.

PROCESSO SAÚDE- DOENÇA

Conforme está expresso na Constituição, a saúde não está unicamente relacionada à ausência de doença. Ela é determinada pelo modo que vivemos, pelo acesso a bens e consumo, à informação, à educação, ao saneamento, pelo estilo de vida, nossos hábitos, a nossa maneira de viver, nossas escolhas. Isso significa dizer que a saúde é determinada socialmente. Pode-se dizer, em termos de sua determinação causal, que o processo saúde-doença representa o conjunto de relações e variáveis que produzem e condicionam o estado de saúde e doença de uma população, que variam em diversos momentos históricos e do desenvolvimento científico da humanidade¹.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde é “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doenças”.

A **Lei n.º 8.080** define como fatores **determinantes e condicionantes da saúde**, dentre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer, o acesso aos bens e serviços essenciais e as ações que se destinam a garantir às pessoas e à coletividade as condições de bem-estar físico, mental e social. Essas ações são planejadas e executadas por outros setores do governo, com recursos específicos, e são consideradas ações intersetoriais de saúde.

¹ VIANNA, Lucila Amaral Carneiro. UNASUS. UNIFESP. Processo Saúde-Doença. Módulo Político Gestor.

Processo de Saúde e Epidemiologia²

O processo de saúde é discutido e posto como qualidade de vida das pessoas (Carta de Otawa, 1986), tendo como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. A saúde como processo dinâmico de bem estar físico, mental e social (adaptação do conceito da OMS) estabelece novas perspectivas epidemiológicas sobre a saúde populacional. Uma das mais inovadoras e transcendentais pelo seu caráter integrador e de repercussão internacional nas políticas de saúde pública foi a perspectiva canadense de Lalonde e Laframboise (1974), que definiu um marco compreensivo para a análise da situação de saúde e a gestão sanitária. No modelo de Lalonde, os fatores condicionantes da saúde na população estão localizados em quatro grandes dimensões da realidade, denominadas “campos da saúde”:

- A biologia humana, que compreende a herança genética, o funcionamento dos sistemas internos complexos e os processos de maturação e envelhecimento.

- O ambiente, que compreende os meios físico, psicológico e social.

- Os estilos de vida, que compreendem a participação laboral, em atividades recreativas e os padrões de consumo.

- A organização dos sistemas de saúde, que compreende os aspectos preventivos, curativos e recuperativos.

O Modelo dos Campos da Saúde colocou em evidência, no plano político e acadêmico, a importância de considerar uma visão mais holística ou integral da saúde pública. Os postulados centrais na proposta de Lalonde destacam que:

- A forma como é organizada ou deixam de se organizar os sistemas de saúde é um elemento-chave para a presença ou ausência de doenças na população;

- A prestação de serviços de atenção à saúde, o investimento tecnológico e tratamentos médicos não são suficientes para melhorar as condições de saúde da população;

- Os múltiplos fatores que determinam o estado de saúde e a doença na população transcendem à esfera individual e são projetados ao coletivo social.

A partir das reflexões de Lalonde, foram observados importantes avanços da epidemiologia na busca de causas da doença, além do indivíduo, na comunidade e no sistema sociopolítico.

Na tarefa para integrar as dimensões biológicas, socioeconômicas e políticas ao foco epidemiológico, começa-se a reconhecer então o surgimento de um novo paradigma: a ecoepidemiologia (Susser e Susser, 1996), que dá ênfase à interdependência dos indivíduos ante o contexto biológico, físico, social, econômico e histórico em que vivem e, portanto, estabelece a necessidade de examinar múltiplos níveis de organização, tanto no indivíduo como fora dele, para a exploração de causalidade em epidemiologia.

Sob esse paradigma, os fatores determinantes de saúde e doença da população ocorrem em todos os níveis de organização, desde o microcelular até o macro ambiental, e não unicamente no nível individual. Além disso, os determinantes podem ser diferentes em cada nível e, ao mesmo tempo, os diferentes níveis estão inter-re-

² Organização Pan-Americana da Saúde. Módulos de Princípios de Epidemiologia para o Controle de Enfermidades. Módulo 1: apresentação e marco conceitual. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; Ministério da Saúde, 2010

lacionados e influenciam mutuamente a ação dos fatores causais em cada nível. O risco de infecção de um indivíduo, por exemplo, está ligado à prevalência dessa infecção nos grupos humanos que o rodeiam; a prevalência do uso de drogas em um bairro também influencia o risco de o vizinho também vir a fazer uso de drogas. Desse modo, a doença na população, sob o paradigma ecoepidemiológico, é atribuída à complexa interação multinível dos determinantes da saúde.

Os determinantes da saúde conformam, assim, um modelo multinível que reconhece o conceito de que o risco epidemiológico é determinado individualmente, tanto histórica como socialmente. A relação entre os determinantes da saúde e o estado de saúde é, por isso, complexa e envolve muitos níveis da sociedade que, como foi indicado, atinge desde o nível microcelular até o macro ambiental.

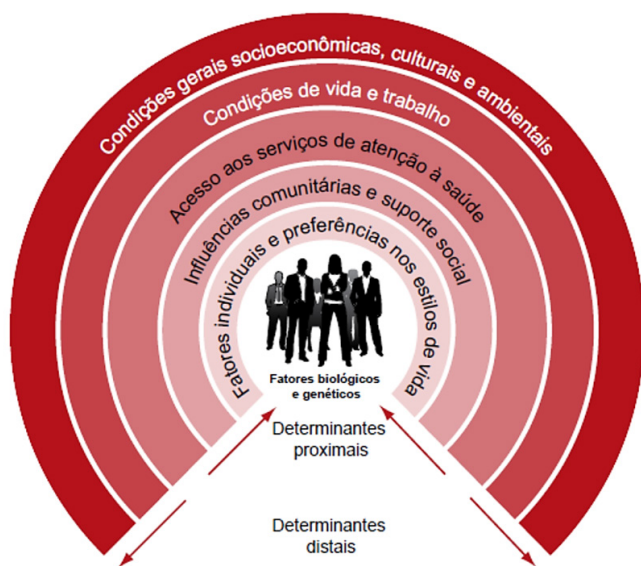


Figura 1: Traduzido e modificado de: Dahlgren & Whitehead, 1991³

Como está ilustrado, existe uma ampla categoria de determinantes da saúde, desde os determinantes proximais ou microdeterminantes, associados a características do nível individual, até os determinantes distais ou macrodeterminantes, associados a variáveis dos níveis de grupo e sociedade, isto é, populações.

Determinantes Sociais e Políticas Públicas

O setor Saúde não é o gestor das políticas de saneamento básico ou ambiental, mas deve participar da formulação dessas políticas, o que significa colaborar na definição das estratégias de atuação daqueles setores, em cada esfera de governo, especialmente pela identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde da população, pela disponibilização de informações epidemiológicas e ainda pela execução de ações de saneamento típicas do setor Saúde, tais como o controle de vetores, da poluição sonora, da qualidade do ar e da água de consumo

3 Organização Pan-Americana da Saúde. Módulos de Princípios de Epidemiologia para o Controle de Enfermidades. Módulo 1: apresentação e marco conceitual. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; Ministério da Saúde, 2010

humano e dos ambientes físicos de utilização coletiva, das emissões eletromagnéticas, monitoramento do destino dos efluentes líquidos domésticos e do lixo hospitalar, colaboração com a proteção do meio ambiente e do ambiente de trabalho, dentre outros.

A saúde é um direito humano fundamental e a consecução do mais alto nível possível de saúde é a mais importante meta social mundial, cuja realização requer a ação de outros setores sociais e econômicos, além do setor saúde. (CONASS)

A maior parte da carga mundial de morbidade e as causas principais das iniquidades em saúde, que se encontram em todos os países, surgem das condições em que as pessoas nascem, vivem, trabalham e envelhecem. Estas condições são conhecidas como Determinantes Sociais de Saúde (DSS) e incluem os determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais da saúde. (CONASS)

DSS - Conceito e Exemplos

A saúde permeia as áreas de atuação da administração pública dos municípios, estados e nação.

Assim, compreende-se então que **Determinantes Sociais de Saúde** são fatores sociais, políticos, econômicos, culturais, étnico-raciais, psicológicos e de comportamento que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população. **Exemplos de DSS:** alimentação, saneamento básico, educação, emprego e renda (condições de trabalho), habitação (moradia adequada), lazer (no modo como nos divertimos), meio ambiente (preservação dos recursos naturais e do meio ambiente - mares, rios, lagos, florestas etc.), transporte, acesso a serviços de saúde (na organização dos serviços de saúde), liberdade, acesso e posse da terra, valorização das culturas locais, participação popular, dever do governo de melhorar as condições de vida do povo.

Os Determinantes Sociais de Saúde, atualmente denominados por alguns como **condicionantes**, são definidos como as condições nas quais as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem e que influenciam suas oportunidades à saúde, doença e expectativa de vida. Vários modelos foram construídos, procurando demonstrar a rede de relações entre os determinantes sociais e a situação de saúde.

Sua base conceitual foi definida pela Comissão Nacional dos Determinantes Sociais em Saúde (CNDSS, 2008), por meio do modelo de determinação social da saúde proposto por Dahlgren e Whitehead (apud CARVALHO; BUSS, 2008), sintetizado na Figura 2 a seguir.



Figura 2 - Determinantes sociais de saúde: Modelo de Dahlgren e Whitehead